

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.259 - MG (2019/0335318-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **EDUARDO HENRIQUE ALMEIDA JESUS (PRESO)**
ADVOGADO : **MARCOS PHILIP FERNANDES DOS SANTOS - MG188685**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por EDUARDO HENRIQUE ALMEIDA JESUS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.127553-6/000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, pelos crimes dos arts. 35 da Lei n. 11.343/2006 e 1º, inciso II, da Lei n. 9.613/1998, sendo-lhe indeferido o direito de recorrer em liberdade.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, na Corte estadual, alegando que o lapso de pena cumprido cautelarmente seria suficiente para obter a progressão de regime, pelo que a manutenção da prisão preventiva seria desproporcional.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 131):

EMENTA: HABEAS CORPUS - ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO E LAVAGEM DE DINHEIRO - DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312, DO CPP - GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA COMPROMETIDA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER SANADO - ORDEM DENEGADA. In casu, não se pode afastar, sobretudo diante da condenação superveniente, os motivos que ensejaram a decretação da medida constritiva cautelar, razão pela qual a sua manutenção é medida que se impõe.

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que o direito de recorrer em liberdade foi negado de forma genérica ao réu. Ressalta que medidas cautelares diversas poderiam ser aplicadas. Alega que, com o decurso de mais de 1/6 da pena cumprido preventivamente, haveria violação do princípio da proporcionalidade.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 175/178) e prestadas as informações (e-STJ fls. 182/256), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 260/262).

É o relatório, **decido**.

Busca-se, em síntese, no presente recurso, a revogação da prisão cautelar do recorrente condenado à 6 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado.

A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF) que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, que assim dispõe:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Quanto aos pressupostos/requisitos da prisão preventiva, colhem-se estas lições do Professor Guilherme de Souza Nucci:

Entende-se pela expressão [garantia da ordem pública] a

necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente.

*[A **conveniência da instrução processual**] é motivo resultante da garantia da existência do devido processo legal, no seu aspecto procedimental. A conveniência de todo processo é realização da instrução criminal de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse maior não somente da acusação, mas, sobretudo, do réu. Diante disso, abalos provocados pela atuação do acusado, [...] a fuga deliberada do local do crime, [...] dentre outras.*

***Asseguração da aplicação da lei penal:** significa garantir a finalidade útil do processo, que é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor de infração penal.*

(NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense: 2014, p. 699, 708 e 710.)

Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a prisão cautelar esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

O Magistrado, ao condenar o recorrente que **já se encontrava preso**, negou-lhe o direito de recorrer em liberdade como **garantia da ordem pública**, nos seguintes termos (e-STJ fl. 92):

Os acusados responderam ao processo presos preventivamente, de forma que, permanecendo os pressupostos de fato e de direito que embasaram a decretação dos seus encarceramentos, não há motivo para sua liberação a essa altura do processo.

De fato, os réus possuem diversos registros policiais, a indicar vivência delitiva, de forma que, pelo risco de reiteração criminosa, se impõe a manutenção da cautela.

É nesse sentido a maciça jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"(...) A orientação pacificada nesta Corte Superior é no sentido de que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu preso durante a persecução criminal, se persistentes os motivos parati segregação preventiva" (...). (HC 329.795/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, Julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016).

O Tribunal de origem, por sua vez, também manteve a segregação do recorrente (e-STJ fls. 133/139):

Compulsando os autos verifica-se que após todo o iter procedimental, foi proferida sentença em 27/09/2019 em desfavor do paciente (e outros), condenando-o pela prática de crime, previsto no artigo 35, da Lei 11.343/06, e art. 1º, II, da Lei 9.613/98, na forma do art. 69, do Código Penal, fixando-se as penas em 06 (seis) anos, e 06 (seis) meses de reclusão e 760 (setecentos e sessenta) dias-multa, em regime inicialmente fechado, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade, o que motivou a impetração da presente ação mandamental.

A autoridade impetrada ressaltou:

"Os acusados responderam ao processo presos preventivamente, de forma que, permanecendo os pressupostos de fato e de direito que embasaram a decretação dos seus encarceramentos, não há motivo para sua liberação a essa altura do processo. De fato, os réus possuem diversos registros policiais, a indicar vivência delitiva, de forma que, pelo risco de reiteração criminosa, se impõe a manutenção da cautela" (sic).

A despeito da alegada carência de fundamentação concreta da r. sentença, no que concerne ao direito de o paciente recorrer em liberdade, ainda que por meio da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, vê-se não assistir qualquer razão ao impetrante.

Da análise dos presentes autos, constata-se que tal negativa encontra-se respaldada no fato de que o paciente permanecera preso durante toda a instrução criminal, não se podendo afastar, sobretudo diante da condenação superveniente, os motivos que ensejaram a decretação da medida constritiva. No caso em apreço, permaneceram inalteradas as circunstâncias

que justificaram a custódia preventiva, não se mostrando adequada a sua soltura depois da condenação em primeiro grau.

[...].

Outrossim, diante da gravidade dos fatos a ele imputados, conforme já declinados no julgamento do habeas corpus de nº 1.0000.18.049134-2/000, realizado em 11/07/2018, medida que se impõe é a manutenção da sua custódia provisória, com o fim de se salvaguardar a ordem pública.

Ressalte-se estar preenchida a condição de admissibilidade da prisão preventiva, prevista no inciso I, do art. 313, do CPP, uma vez tratar-se de crime doloso a conduta em tese praticada, punida com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

Por fim, a questão de o paciente já ter cumprido mais de 1/6 da pena aplicada, merecendo a progressão para o regime semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, "a", do Código Penal, deve ser levada ao conhecimento do juízo da execução criminal, mormente quando na sentença foi determinada a expedição da guia de recolhimento, na forma do art. 105, da Lei 7.210/84.

Como visto, as instâncias ordinárias se basearam em elementos concretos que demonstram a necessidade da custódia, sobretudo para garantir a ordem pública.

Com efeito, as decisões ordinárias constataam o fato de o recorrente possuir diversos registros policiais, a evidenciar o efetivo risco de reiteração delitiva.

De fato, *A garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva* (RHC n. 55.992/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/3/2015, DJe 16/4/2015).

Por fim, é da jurisprudência das Turmas que compõem a Terceira Seção deste Superior Tribunal a orientação *de que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante*

a perseguição criminal, se persistentes os motivos para a manutenção da medida extrema. (HC n. 456.472/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018).

Nesse mesmo sentido, merece destaque precedente desta Corte:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. RESGUARDO À ORDEM PÚBLICA. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO. PEDIDO DE EXTENSÃO DA LIBERDADE CONCEDIDA A CORRÉU. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CPP. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. O Paciente foi preso em flagrante, em 30 de julho de 2017, e condenado à pena total de 10 (dez) anos e 5 (cinco) meses de reclusão, em regime fechado, vedado o apelo em liberdade, como incurso nos arts. 157, § 2.º, incisos I, II e V, e 288 do Código Penal; e no art. 244-B da Lei n.º 8.069/90, por roubar, juntamente com corréus e um adolescente, um caminhão, 23 bois da raça nelore e outros pertences da vítima.

2. A prisão preventiva foi devidamente fundamentada pelo Juízo de primeiro grau, sobretudo no modus operandi do delito, cometido por quadrilha armada, especializada em roubos de carga e caminhões cometidos com alto grau de planejamento, violência e restrição da liberdade das vítimas, visando vantagem patrimonial expressiva, o que demonstra a perniciosidade da conduta e o desvio da personalidade do Acusado. Precedentes.

3. A manutenção da custódia cautelar no momento da sentença condenatória, nos casos em que o acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal, não requer fundamentação exaustiva, sendo suficiente para ao entendimento de que permanecem inalterados os motivos que levaram à decretação da medida extrema em um primeiro momento, desde que estejam, de fato, preenchidos os requisitos legais do art. 312 do mesmo diploma.

4. Incabível o deferimento do pedido de extensão, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, se não há similitude com a situação do corréu que obteve liberdade provisória no decorrer da instrução, como bem ressaltou o acórdão impugnado ao manter a negativa do apelo em liberdade, com respaldo na necessidade de se preservar a ordem pública, em

razão da gravidade em concreto do delito.

5. *Habeas corpus denegado.* (HHC n. 472.883/GO, Rel.(a) Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 22/11/2018)

Comprovada, portanto, a materialidade do delito e, havendo indícios suficientes da autoria, tanto que o réu foi condenado, reputo legítima a segregação cautelar do recorrente porquanto amparada nas circunstâncias efetivas do caso concreto, na garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Por fim, verifica-se que foi determinada pelo Magistrado a expedição de guia de execução provisória, assegurando que o paciente possa usufruir de eventuais benefícios da execução, como a progressão de regime, adequando a custódia à modalidade cabível. Assim, não há constrangimento ilegal a ser sanado. Nesse sentido:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. CUSTÓDIA CAUTELAR DECRETADA NO CURSO DO PROCESSO. SOLTURA POR EXCESSO DE PRAZO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. VEDAÇÃO A APELO EM LIBERDADE. MODUS OPERANDI. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS NEGATIVAS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ADEQUAÇÃO AO REGIME PRISIONAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. *A jurisprudência desta Corte Superior já se posicionou no sentido de que o modus operandi do delito, bem como suas circunstâncias - a revelar especial periculosidade -, podem justificar idoneamente a vedação ao apelo em liberdade, inclusive quando o réu tenha se livrado solto durante parte do curso do processo.*

2. *Outrossim, ajustada a medida restritiva ao regime prisional imposto na sentença condenatória e determinada a expedição de guia provisória, para outras adequações, como a detração penal, pelo Juízo das Execuções Criminais, não há constrangimento ilegal a ser sanado.*

3. *Recurso não provido.*

(RHC n. 79.850/PE, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 22/05/2018, DJe 19/06/2018)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Intimem-se.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator